

A RESPEITO DA FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA SOCIAL DO LAZER

Grace Atra Jammel Barbosa

(Bacharel em Turismo pelo IAC/PUCCAMP)

“Acho que o mundo poderia ser melhor se os homens do governo vivessem um só mês com aquilo que a gente ganha.”

Antonio Jacó Dias, operário do ABC.

O lazer não é objeto de uma preocupação institucional ou sistemática no país. Via de regra ele é pensado/oferecido como extensão da divisão de trabalho existente no seio da sociedade, que acima de tudo, atua como fator alienador das consciências.

A reflexão sobre a necessidade de um lazer desalienador e participativo se torna necessária, e se põe como uma alternativa aos atuais moldes em que se desenvolvem as relações de produção.

Uma mudança nas práticas correntes, pode ser feita através da implantação de um lazer incorporado ao processo de trabalho, que por sua vez se assenta sobre uma cooperação em torno de objetivos comuns previamente acordados entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção.

O problema do lazer não é, como jamais foi, objeto de qualquer preocupação mais séria no Brasil. Via de regra, não se pensa nas conexões do lazer com outras dimensões da vida. Quanto ao poder público, que dizer, a não ser que sua atuação tem primado por notória incapacidade de resolver os problemas mais mezinhos da existência dos brasileiros ? Diria que padece de miopia crônica ou cegueira conveniente sobre a questão do lazer.

Um dos maiores, senão o maior estudiosos do lazer, Joffre Dumazedier, assim o define:

“O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.”¹

Nesta perspectiva, Dumazedier nos aponta três funções do lazer:

- a) função de descanso;
- b) função de divertimento, recreação e entretenimento;
- c) função de desenvolvimento da personalidade, *“dentro de um estilo de vida pessoal e social.”*

Assim, o problema do lazer não pode ser visto isoladamente, pois ele é determinado pelo conjunto das circunstâncias sócio-político-econômicas e culturais, ao mesmo tempo que está presente nelas. Tratar do lazer, significa pensar a sociedade como totalidade, e não, ao contrário do que querem alguns, de um problema autônomo.

Este trabalho é apenas uma tentativa sumária de levar as pessoas a refletirem sobre alguns dos aspectos mencionados, propondo ao mesmo tempo, um repensar da organização da atividade de produção, de modo a compatibilizar Lazer/Trabalho, em um processo que pressupõe cooperação em torno de objetivos comuns previamente acordados entre proprietários/não proprietários.

Isto não significa, absolutamente, que ela sirva como escamoteador da realidade social, que poderia, segundo os mais afoitos, reproduzir o processo de produção nos moldes capitalistas vigentes.

Na verdade, ele só será possível através da repartição consciente dos trabalhadores e dos proprietários dos meios de produção, pressupondo, necessariamente, que haja um avanço nas suas relações.

Está ele tão-somente esboçado, visando uma discussão preliminar e as contribuições sobre as propostas nele contidas, algumas não necessariamente originais, mas sim revisadas, serão bem-vindas à medida que contribuam para a inserção do tema nas preocupações de setores significativos, que lhes é alheio.

Lazer e trabalho

Quais as conseqüências sofridas por um trabalhador-operário com a divisão imposta pela organização do processo de trabalho capitalista, entre trabalho intelectual e o manual ?

Por que são os operários tão indiferentes, com outros seres ao seu lado, e com o sistema de produção ?

Até que ponto, a hierarquia, dentro do local de trabalho necessita ser rígida e brutal ?

Seres que pensam e são capazes de se adaptar a situações imprevistas precisam de vigilância constante e austera ?

*

Todos temos necessidade de lazer, uma das principais carências do ser humano, cuja satisfação é um poderoso elemento de enriquecimento pessoal, de desenvolvimento social, e de adaptação do homem ao meio ambiente. Pertence aos indivíduos o direito de usufruir das funções básicas da cidade, consagrada pela carta de Atenas que são: habitar, trabalhar, circular e também se cultivar.

Quando as obrigações de trabalho, familiares, religiosas e sociais, estão cumpridas, o indivíduo tem para si o tempo livre. As atividades de lazer são precisamente caracterizadas por esse tempo liberado da produtividade de um sistema econômico. O tempo que deve ser dedicado ao lazer não é uma dádiva mas é um tempo historicamente conquistado ao trabalho pelo movimento operário e outros movimentos sociais. Com o tempo livre o homem é capaz de realizar-se por sua livre escolha das maneiras mais criativas possíveis. Entretanto, esta realização, raramente ocorre no dia-a-dia, pois o homem é obrigado a ela renunciar, em nome das necessidades de sobrevivência. A idéia de tempo livre é contrária a de tempo desocupado. Segundo Dumazedier, este é um tempo que tem tendência a estagnar-se, sem progresso.

O lazer age como revitalizante dos ânimos cansados, do "EU" depressivo, do "EU" eternamente aborrecido com a vida cotidiana. É o lazer que pode renovar a força para que os trabalhadores tenham condições físicas e psíquicas, para volta, nas fatídicas segundas-feiras, onde novamente encontrarão os velhos companheiros: a monotonia, a automação, a vigilância, o silêncio de bocas fechadas, o barulho ensurdecedor, o cansaço do corpo doído, o espaço limitado, os segundos contados para a produção, enfim a miséria do local de trabalho, que em perfeita sintonia formam a "matéria-prima" que garante o funcionamento do sistema de produção existente onde a força de trabalho é vista como mera "mercadoria" sem o devido valor, salvo para produzir desmedidamente mais valia.

As opressivas normas de Organização de Produção existentes no interior da fábrica, fixando "índices de produção" que demandam esforços físicos extremos para seu cumprimento, aliados aos princípios imanentes do sistema capitalista — a reprodução e expansão do capital como objetivo supremo do processo de produção — denotam dupla exploração do trabalhador:

- a) uma interna, na fábrica.
- b) outra externa, na sociedade.

Em resumo sobre as lutas de maio/78, diz-nos Amnérís Maron: *“Ao lutar por aumentos salariais, melhores condições de trabalho e, muitos casos pelo reconhecimento e estabilidade das comissões de fábrica, os grevistas em maio de 78, viam-se obrigados a lutar também contra aspectos da organização capitalista do processo de trabalho. Se se quiser, as lutas de maio (...) questionaram a racionalidade subjacente às práticas capitalistas de organização do processo de produção.”*²

Diante deste quadro onde a preocupação primeira é a Organização, sua manutenção e produção, quais as possibilidades de resistência do ser humano ?

Entendo que, o lazer no local de trabalho deve ser via existente, que propicie a recuperação do desgaste físico-mental causado pelo sistema de produção, também agravado pelas dificuldades da vida externa, i.e, fora do local de trabalho, a vida familiar, que vai desde o deslocamento casa-trabalho, por exemplo, com a problemática do transporte, difícil e oneroso, que obriga os trabalhadores a levar horas de um local ao outro, extinguindo seu tempo livre.

Nas atuais condições, o orçamento familiar, não só impede ao chefe de família e seus dependentes que tenham distrações, que venham a melhorar o seu cotidiano, como também de escolhê-las. Resta-lhes então, a televisão, o rádio, o bar da esquina e a casa da vizinha, meios de comunicação de massa e locais que não acrescentam nada de diferente e pessoal, muito ao contrário, levam ao processo de homogeneização e empobrecimento de valores.

O trabalhador não tem condições de oferecer qualquer alternativa à sua família. Ademais a exigüidade do orçamento familiar impele as mulheres e crianças mesmo em idade precoce a trabalhar. Aquelas geralmente como domésticas e estas em subempregos, sendo impedidas de frequentar a escola para melhorar sua qualificação.

Divisão do trabalho e lazer alternado

Antônio Jacó Dias, operário do ABC, está com 54 anos, é casado e tem dois filhos. Como 90% dos brasileiros está na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Sua experiência é a de milhões de outros trabalhadores.

“O exame de sua vida diária é uma desesperada evidência disso. Sempre ambicionou abrir uma caderneta de poupança, mas nunca lhe sobrou um tostão para materializar o sonho. Recentemente sua mulher teve uma crise de reumatismo e o médico

receitou-lhe um remédio. Na farmácia, Dias viu o preço e constatou que simplesmente não tinha dinheiro para comprá-lo. Para ajudar o orçamento da casa, Roberto, seu filho recém-formado no ginásio, arrumou um emprego de horário integral num supermercado e, por não encontrar vaga em escola pública à noite, abandonou os estudos. (...) Passeios ou viagens, nada. A última que fez foi para Aparecida do Norte, muito tempo atrás: o filho estava com uma crise grave de bronquite e, se ele sarasse, Dias ia a Aparecida agradecer a graça. Sarou e foi. Dias compra um litro de leite por dia, um pão para cada um dos quatro da família, e no almoço todos têm a sua porção de arroz e feijão. Carne, de vez em quando.”³

O lazer nas condições que é realizado hoje, apenas (apenas ?) vem salientar os efeitos negativos da divisão e mecanização do trabalho. A solução proposta, pressupõe, naturalmente, uma modificação do modo de produção da sociedade. Humanizando a divisão do trabalho, não distanciando o produtor imediato dos meios de produção, ele se tornará consciente do objeto produzido, compreendendo através dele o sentido e importância de seu trabalho.

Assim, o lazer aparece como extensão do trabalho, não havendo destruição entre eles. Trata-se de um lazer identificado com a instrução popular e absolutamente não desvinculado do trabalho cotidiano. O trabalhador engajado no trabalho pode ser levado a se interessar pelos problemas e valores sociais da sociedade. E seus lazeres estarão voltados para a compreensão desses valores e para as formas de atuação na sociedade.

A questão da divisão do trabalho e seus efeitos nos trabalhadores foi exposta, dentre outros, por Naville. Segundo ele, a partir do século XVIII, três circunstâncias particulares demonstravam as vantagens das divisões das tarefas:

- a) acréscimo da habilidade de cada operário tomada individualmente;
- b) economia do tempo que se perdia passando de uma tarefa a outra;
- c) invenção das máquinas que simplificavam o trabalho do homem e facultam a um operário a produção de vários.

A lógica destas três circunstâncias deu à nossa época as seguintes características:

“Habilidade degradada em rapidez de gestos elementares; repetição cíclica de gestos estereotipados; manipulação e direção de máquinas cada vez mais complexas, produtivas e possantes.”⁴

Em outros termos (mais claros ?), há quatro tipos de situação que tornam alienado o trabalhador:

1) **sentimento de impotência**: incapacidade de controlar o processo de trabalho. É a expectativa que o trabalhador logo reconhece de que seu comportamento poderá determinar os resultados que procura.

2) **ausência de significação ou inexpressão**: incompreensão dos atos e acontecimentos nos quais o trabalhador se acha inserido. Ele é incapaz de desenvolver um sentido de finalidade, ligando o seu trabalho ao processo produtivo global.

3) **ausência de normas**: o trabalhador está alheado em relação aos valores sociais centrais, o que lhe ocasiona a "incapacidade" de pertencer às comunidades industriais/comerciais integradas.

4) **ausência de realização de si mesmo (auto-alienação)**: é o malogro na tentativa de envolver-se na atividade do trabalho, como um todo de auto-expressão.

Com a alienação o trabalhador volta-se à sua vida fora do trabalho em busca de valores e identidade, tornando-se ainda mais alienado, pois nesta busca só procura um meio de recompor sua força de trabalho. E o lazer passa a ser um "não-trabalho" tomado do trabalho profissional, mas de forma alienada, colocado em oposição e não integrando o conjunto de atividades, necessidades e obrigações do cotidiano.

Camus nos deixou uma descrição simples mas aterradora desta experiência do negativo. No "Mito de Sísifo" lemos:

"Levantar-se, ônibus, quatro horas de escritórios ou usinas, refeição, ônibus, quatro horas de trabalho, refeição, sono e 2ª feira, 3ª feira, 4ª feira, 5ª feira, 6ª feira, sábado no mesmo ritmo, tal caminho se prolonga na maior parte do tempo. Um dia o "por quê" surge e tudo começa nesta lassidão colorida de espanto. Começa, isto é importante, a lassidão, embora se situando no fim dos atos de uma vida maquinal, inaugura ao mesmo tempo o movimento da consciência." (p. 27)⁵

Trabalho e lazer, são partes conciliáveis. Cada um deles é capaz de aperfeiçoar o outro. Uma política de lazer envolve uma política de organização do tempo de trabalho e dos tempos que não consumimos por eles. As pessoas formam os grandes e diferenciados grupos sociais existentes, que são caracterizados pelo grau de desenvolvimento cultural-educacional e, fundamentalmente, por sua qualificação ou especialização de mão-de-obra, que busca no lazer um antídoto ao trabalho.

Assim sendo, empresários que visam algo mais concreto que o lucro por si só, devem experimentar uma nova política de lazer, através da

educação, e repensar seu conceito de lucro. Afinal o que é lucro ? Lucro pode ser contabilizado de várias maneiras. Uma unidade de produção não lucra quando o índice de acidentes de trabalho é menor ? E quando as faltas são menores ? E a boa-vontade e prontidão para fazer um serviço a mais ? E a ajuda mútua entre um operário e seu chefe, antecipando a este algum problema que tenha passado despercebido ? E quando os funcionários elogiam para o público externo a política da empresa ? Estes simples exemplos não são lucros ?

Que fazer ?

O lazer é visto ainda hoje, sob muitos preconceitos, pois as pessoas associam lazer, imediatamente ao ócio, à vagabundagem e principalmente a muito dinheiro: jantar em restaurantes caros, viagens, hotéis, enfim gastos infinitamente onerosos, ao alcance tão-somente de uma elite privilegiada. Mas ócio nega o trabalho, enquanto lazer pressupõe trabalho.

Outra visão, principalmente a nível de governo, é o lazer tão-somente sob prisma esportivo. Tornou-se moda a criação de Conselhos de Lazer, integrados por personalidades as mais díspares possíveis, com idéias bastante extravagantes a respeito do lazer. Matéria publicada sobre o Conselho Municipal de Lazer de São Paulo (FSP 5-5-83, p. 40) constituiu-se em brilhante peça de humor negro.

Ao invés de boa-vontade e improvisações penso que os esforços de todos, deveriam concentrar-se no sentido de institucionalizar a atividade de lazer. Afinal, existem alternativas viáveis às indefectíveis "feiras de qualquer coisa" ou a "abertura das escolas nos fins-de-semana" para as famílias. A institucionalização do lazer, através de uma política de educação social não aumenta os custos de produção, não demanda recursos vultosos e beneficia a todos.

Isto, entretanto, demanda um esforço coletivo para o que denomino política educacional do lazer, que visa tornar possível o lazer ao trabalhador dentro do local de trabalho, com planos de extensão para sua família em futuro próximo — criar novas mentes e corpos sadios.

Para isto, o local de trabalho, não pode ser encarado apenas como espaço utilitário, mas como espaço existencial, individual, comunitário, onde as pessoas usufruam com dignidade seu tempo livre e de trabalho, sem que o lazer perca suas características básicas. As pessoas têm de ter tempo, tanto para produzir, como para consumir. Atividades de lazer não devem ser mecânicas e habituais, mas sim de maneira que possibilitem a atualização da criatividade de cada um no sentido de realização pessoal.

Quando me expresso através da palavra "política", quero crer que se trata de uma experiência inovadora em termos de Brasil, e uma nova concepção filosófica, para as relações trabalho/capital. Uma vez posta em

prática, teremos a política educacional do lazer, no sentido gramsciano de que política é filosofia em ação.

A questão da educação

Por que a educação ?

“A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e o reforço do respeito pelos plenos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.” (Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem.)

A educação é considerada um processo social que, utilizando-se de certos recursos técnicos, materiais e humanos, faz com que o indivíduo se prepare para determinadas situações. A educação numa perspectiva ideológica, ajusta, ou amolda os indivíduos aos ditames do discurso hegemônico, e não é nesta perspectiva que me refiro.

“Quando falo de educação, me refiro a um todo indissociável, e não se pode formar personalidades autônomas no domínio moral se, por outro lado, o indivíduo é submetido a um constrangimento intelectual de tal ordem, que tenha de se limitar a aprender por imposição, sem descobrir por si mesmo a verdade: se é passivo intelectualmente, não conseguiria ser livre moralmente.”⁶

Uma política de lazer no local de trabalho, pressupõe objetivos comuns a ser alcançados, ao mesmo tempo que se deve promover a integração do indivíduo no trabalho que o envolve e o destina.

Cabe à educação moldar situações de acordo com as necessidades do ser, muitas delas inconscientes, e o pleno desenvolvimento de suas capacidades e desejos abafados pela submissão e conformismo social.

Deve ser criado um planejamento diretivo e intencional, que consiste em realizar situações previamente selecionadas e estudadas precisamente adequadas aos desejos, anseios e necessidades, colhidos através de uma pesquisa ativa e engajada ao meio estudado.

Para tanto, é também necessária a integração profunda entre diretoria-pesquisador-trabalhadores em todos os níveis, bem como de sua participação pessoal no local de trabalho, com um mínimo vital de participação no planejamento da produção diária. A seleção de prioridades será segundo o grau de utilidade, viabilidade, lógica, intensidade e identidade.

Uma política do lazer, levará até o trabalhador uma compreensão de sua atividade, o porquê de ser feito assim, e, saber dele, qual sua opinião e idéias. Aplicar as sugestões dos operários, sempre que viáveis (e não do ponto de vista do proprietário) ou através do estabelecimento de

um diálogo respeitoso, sempre mostrando ao trabalhador o quanto foi/e é importante sua participação. Provar ao indivíduo que seu trabalho é importante e que ele é vital para o funcionamento constante da produção, dar-lhe-á, força moral e ânimos saudáveis que renovarão seus esforços.

Mas não devemos nos esquecer de que o sistema que orienta a vida do trabalhador enquanto trabalhador, é o mesmo que vai orientar sua vida fora do trabalho. Assim, lhe é oferecido com insistência, através dos meios de comunicação, um cada vez mais impositivo lazer de consumo.

Como fazer ?

Deve ser mencionado que algumas das idéias aqui contidas foram expostas por Ouchi (1982). Entretanto, isto não significa que a proposta deva ser interpretada como tentativa de transposição mimética do modelo japonês de produção para as condições brasileiras. É refletindo sobre as circunstâncias históricas da atividade de produção no país que tem origem a proposta.

A idéia-base é a da participação de todos no processo de decisões dentro de uma unidade de produção. O poder não deve ser exercido autoritariamente, mas sim é necessária uma administração de forças comunitárias e igualitárias.

A partir do processo de educação mencionado — da conscientização individual para a geral — estará desencadeando um processo de modificações substanciais e irreversíveis no interior da unidade de produção, e por extensão, na própria sociedade.

Quando se pensa na produção, e por onde ela passa, vemos que aí está a Força de Trabalho Humano. É nela, então que devem ser concentradas as maiores atenções. A incorporação de novas tecnologias, por razões óbvias, não deve ser descartada, mas isto não deve, em contrapartida, implicar qualquer tipo de prejuízo para o trabalhador, tais como desemprego ou redução de salários.

Conforme Von Zuben:

“Não se trata de negar a ingenuamente recusar o avanço tecnológico produzido pela evolução do saber científico. Trata-se procurar um meio de integrá-lo significativamente em sua existência a fim de dominá-lo e não se deixar dominar por ele.”⁷

Quando existe um processo de cooperação recíproco no interior da unidade de produção, desde os dirigentes, até os escalões inferiores, isto significa que as bases da exploração capitalista dão lugar a uma nova filosofia empresarial, que através de processo de educação coletiva deverá ser vivido por todos. Cada integrante da unidade de produção desenvolverá

sua filosofia pessoal, através de processo de cooperação recíproco, onde todos se sintam recompensados pela sua participação.

A filosofia da unidade de produção resultará em cultura interna que envolve seus participantes com coerência, i. e, pressupõe que haja uma identificação geral com os valores reinantes. A responsabilidade atribuída e recebida conscientemente, aliadas à autonomia e liberdade de expressão dentro do senso comum, darão aos operários compreensão da filosofia, de seus direitos e obrigações.

Automaticamente a rigidez e opressão hierárquicas tornar-se-ão desnecessárias, tendo a hierarquia tão-somente o papel de desenvolver a "capacidade de coordenar pessoas" de identificá-las mais com trabalho e ambiente.

Para tanto é vital que exista na cultura interna, um pouco de cada um. Que o consenso em torno dos objetivos comuns despertem desejo de cooperação. Só assim poderá crescer o estímulo que a longo prazo levará o operário a, ao mesmo tempo, desalienar-se através da conscientização em torno de si próprio e realizar-se através da participação efetiva no processo de produção e distribuição dos bens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- DUMAZEDIER, J. Sociologia empírica do lazer. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo, SESC, 1980.
- FRIEDMANN, Georges. O trabalho em migalhas. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- FRIEDMANN, Georges e NAVILLE, Pierre. Tratado de sociologia do trabalho. São Paulo, Cultrix, 1973, 2 vol.
- GRAMSCI, A. A concepção dialética da história. Rio, Civilização Brasileira, 1978.
- MARONI, Amnérís. A estratégia da recusa — análise das greves de maio/78. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- OUCHI, W. A Teoria Z: como as empresas podem enfrentar o Desafio Japonês. São Paulo, Fundo Educativo, 1982.
- PARKER, Stanley. A sociologia do lazer. Rio, Zahar, 1978.
- PIAGET, J. Para onde vai a educação ? 6ª ed., Rio, J. Olympio, 1978.
- RIBEIRO, J. Q. "Formas do processo educacional". In Luis Pereira e Marialice Forcalvi (orgs.). In Educação e Sociedade, São Paulo, Nacional, 1979, pp. 70/79.
- VON ZUBEN, N. A. A questão, Unicamp s/d, mimeo.
- Artigos:
- GONÇALVES FILHO, A. "Alegres encontros sobre o lazer". Folha Ilustrada, São Paulo, 05/05/83, p. 40.
- "Um tiro nos salários". Veja nº 752, São Paulo, Abril Cultural, 02/02/83, pp. 62/64.

NOTAS

- (1) DUMAZEDIER, J. Lazer e Cultura Popular, São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 34.
- (2) MARON, Amnérís. A estratégia da recusa – análise das greves de maio/78, São Paulo Brasiliense, 198, p. 125.
- (3) “Um tiro nos salários”. Veja nº 752, São Paulo, Abril Cultural, 02/02/83, p. 64.
- (4) NAVILLE, P. “Divisão do Trabalho e Distribuição das Tarefas”. Tratado de Sociologia do Trabalho, São Paulo, Cultrix, 1973, p. 430.
- (5) CAMUS, Albert. O Mito de Sísifo. Apud VON ZUBEN, op. cit., p. 9.
- (6) PIAGET, J. Para onde vai a educação? Rio, J. Olympio, 6ª ed., 1978, p. 61.
- (7) VON ZUBEN, N. A. A questão. Campinas, Unicamp, s/d. mimeo. p. 10.